

Simulado n° 01

ALUNO:

Turma:

01. (MP-PB/2003). Examine o contido nas assertivas abaixo:

- I. "Pedro Pinóquio, Paulo Peçonha, Margarida Brechola e Otróprio Otrópino foram denunciados em co-autoria, numa determinada Comarca do Estado da Paraíba, em face de pesar contra eles acusações da prática de formação de quadrilha ou bando". Considerando que este último acusado é Juiz de Direito, a competência para processar e julgar todos eles, neste caso, é do Tribunal de Justiça da Paraíba;
- II. No caso de crime de roubo praticado em Natal em co-autoria, por dois Promotores de Justiça, um de Pernambuco e outro da Paraíba, será competente o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para instruir e julgar o processo contra todos os acusados;
- III. A competência para o processamento e julgamento de crimes dolosos contra vida praticados por militar contra civil é da Justiça Castrense.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as assertivas estão corretas;
 b) As assertivas I e II estão corretas;
 c) Apenas a assertiva III está correta;
d) Apenas a assertiva I está correta;
 e) Todas as assertivas estão incorretas.

02. (MP-PB/2003). Determinado indivíduo cometeu um crime de lesão corporal nas divisas das comarcas de Itabaiana e Ingá. Neste caso, a competência será estabelecida:

- a) Pela conexão;
b) Pela prevenção;
 c) Pela natureza da infração;
 d) Pela residência do réu;
 e) Pela distribuição.

03. (MP-PB/2003). Analise as afirmativas seguintes:

- I. Há previsão legal para o arquivamento do inquérito policial *ex officio*, por despacho do juiz, sem que haja necessidade de provocação do Ministério Público, desde que não resulte evidenciada a inocência do indiciado;

II. Arquivado o inquérito policial por despacho do Juiz, em atendimento a requerimento do Ministério Público, é cabível a ação subsidiária a que se reporta o art. 29 do Código de Processo Penal;

III. De acordo com as regras constitucionais vigentes, o inquérito policial se constitui de peça essencial e indispensável ao impulsionamento da ação penal pública.

Após a análise pode-se dizer que:

- a) Somente a afirmativa I está correta;
 b) Todas as afirmativas estão corretas;
 c) Somente a afirmativa II está correta;
d) Todas as afirmativas estão incorretas;
 e) Somente a afirmativa III está correta;

04. (MP/MG). Qual o princípio caracterizador da ação penal pública:

- a) Indisponibilidade;**
 b) Imparcialidade;
 c) Ambigüidade;
 d) Territorialidade;
 e) Inquisição.

05. Antonio e José, vereadores de Monte Alegre, em reunião política na cidade de Jatobá, proferiram contundentes ofensas morais contra a advogada Joana. Concluído o IP, a advogada promoveu queixa crime contra José, pois devia favores a Antônio. Em seguida o Juiz abre vista ao Promotor, que agirá corretamente se:

- a) Aditar a queixa contra Antônio, em homenagem ao princípio da obrigatoriedade da ação penal;
 b) Defender a imunidade dos parlamentares municipais, pelo princípio do interesse e publicidade;
c) Pugnar pela extinção da punibilidade de ambos em consectário da indivisibilidade da ação penal privada;
 d) Não interferir por se tratar de ação penal privada;
 e) Ouvir a vítima sobre a omissão e, logo após, realizar o aditamento da peça vestibular acusatória.

06. (Juiz de Direito/RS). São princípios da ação penal privada:

- a) **Oportunidade ou conveniência, disponibilidade, indivisibilidade e intrascendência;**
- b) Juiz natural, disponibilidade, indivisibilidade;
- c) Identidade física do juiz, oportunidade, divisibilidade;
- d) Juiz natural, duplo grau de jurisdição, indisponibilidade.
07. (MPF). Sobre o inquérito:
- a) Pode ser arquivado de ofício pelo juiz quando verificada a inocência do indiciado;
- b) Uma vez arquivado, por despacho do juiz, a pedido do MP, enseja o exercício da ação penal privada subsidiária de que trata o art. 29 do CPP;
- c) É peça essencial e indispensável à propositura da ação penal pública;
- d) Nenhuma das anteriores.**
08. Nos crimes de ação penal privada:
- a) Não poderá ser instaurado inquérito policial;
- b) O IP tem início mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal;**
- c) O IP somente tem início após o requerimento do representante legal do ofendido;
- d) O IP poderá ser instaurado a qualquer tempo, antes da ocorrência da prescrição;
- e) O IP somente poderá ser instaurado se houver prisão em flagrante.
09. (MP/MA). O Delegado de Polícia mandará arquivar o inquérito policial quando:
- a) A autoria do crime não estiver suficientemente provada;
- b) A excludente de ilicitude militar em favor do indiciado de forma inquestionável;
- c) Houverem desaparecido os vestígios materiais do crime;
- d) Houver dúvida quanto à identidade da vítima;
- e) N. d. a.**
10. (MPDFT). O promotor de justiça requer o arquivamento do IP, o juiz considera improcedentes as razões trazidas e remete ao PGJ que, por sua vez, insiste no arquivamento, assim:
- a) Pode o juiz baixar portaria contra o indiciado;
- b) Pode o juiz remeter os autos à autoridade policial para novas diligências;
- c) Está o juiz obrigado a atender;**
- d) Pode o juiz remeter os autos a outro promotor para oferecimento da denúncia;
- e) Cabe ação penal subsidiária da pública.
11. (Juiz de Direito/DF). Na hipótese do feito da competência originária do Tribunal de Justiça, requerido o arquivamento do IP pelo PGJ, o desembargador relator:
- a) Pode não acolher o pedido;
- b) Deve obrigatoriamente acolher o pedido;**
- c) Deve remeter o feito à autoridade policial para novas diligências;
- d) Deverá devolver o feito à Procuradoria para fins de que outro Procurador ofereça denúncia.
12. (MPDFT). O inquérito policial é:
- a) Procedimento administrativo indispensável à propositura da ação penal;
- b) Procedimento administrativo bilateral de investigação destinado à formação da opinio delicti;
- c) Presidido pelo corregedor-geral da polícia quando o investigado por membro do MP;
- d) Nulo, se não for concluído no prazo legal;
- e) Prescindível ao oferecimento da denúncia.**
13. (Delegado/SC). Sobre o inquérito policial, assinale a correta:
- a) Cabe ao chefe de polícia (delegado geral de polícia) receber recurso quando se trata de indeferimento de requerimento de abertura de IP;**
- b) Sendo o IP, em síntese, um importante procedimento informativo, apesar de não ser ato de jurisdição estatal, os vícios nele existentes afetam a ação penal que deu origem;
- c) A portaria que instaura o IP é suprida pelo BO ou pelo boletim de acidente de trânsito;
- d) Como a polícia judiciária é exercida pelas autoridades policiais, no território de suas respectivas circunscrições policiais, tendo por fim a apuração de infrações penais e sua autoria, o Código de Processo Penal expressamente veda que a autoridade de uma circunscrição (Estado ou Município), investigue fatos criminosos praticados em outra circunscrição.
14. (MP/MG). Indiciado preso por furto. No dia 1ª de fevereiro, foi o inquérito remetido ao Promotor, que requer o arquivamento três dias depois. Na mesma data, o juiz defere o pedido. No dia 5 de agosto a vítima apresenta queixa, em substituição da denúncia. O juiz despachou, corretamente:
- a) Recebeu a queixa, trata-se de ação penal privada subsidiária da pública;
- b) Rejeitou a queixa. Inquérito arquivado nunca é reaberto;
- c) Rejeitou. Decorridos mais de 6 meses da data de "vista" ao membro do MP;
- d) Rejeitou. Não houve negligência e sim convicção do Promotor;**
- e) Rejeitou. Pedido oportuno, mas nunca particular inicia ação penal pública.

15. A ação penal por homicídio culposo, deve ser iniciada por:

- a) Portaria da autoridade policial;
- b) Denúncia;**
- c) Queixa;
- d) Portaria do promotor;
- e) Representação da vítima.

16. (Juiz de Direito/PR). O juiz, apresentada a denúncia, deve rejeitá-la se:

- a) O Promotor arrola testemunhas em número maior que referido na lei processual;
- b) A classificação do fato criminoso é diversa da narrativa;
- c) É intempestiva;
- d) Não descreve elemento essencial do tipo penal;**
- e) Não vem acompanhada de IP, mas de outras provas e peças de informação.

17. Nos crimes de ação penal privada, o querelante deixa de formular o pedido de condenação do réu, em alegações finais, o juiz deverá:

- a) Julgar extinta a punibilidade pela preempção;**
- b) Absolver, desde logo, o réu;
- c) Intimar o querelante para constituir novo advogado;
- d) Decretar a preclusão e abrir vistas à defesa do querelado para manifestação

18. (MP/RN-2004). Sobre o tema competência, julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - Se não for conhecido o lugar da infração e o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, a competência será definida pela natureza da infração;

II - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar delito decorrente de acidente de trânsito, envolvendo viatura de polícia militar, salvo se autor e vítima forem policiais militares em situação de atividade;

III - É competente o Tribunal de Justiça para julgar exceção da verdade em ação penal que tem como excepto promotor de justiça e excipiente vereador;

IV - Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando, neste caso, a regra processual, na qual, no concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, em que for cominada a pena mais grave;

V - Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar os crimes praticados em detrimento de sociedade de economia mista, exceto aquelas em que a União Federal concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual, caso em que será competente a Justiça Federal.

- A) V V F V V
- B) V F V F F
- C) F V F F V
- D) V F V V V
- E) F V V V F**

19. (Magistratura/SP). Quando o ex-Prefeito de um município do interior de São Paulo não mais exercia qualquer cargo público, apurou-se através de procedimento administrativo que ele, durante e no exercício de seu mandato de Prefeito no período de 1992 a 1996, cometeu um crime de responsabilidade (Decreto Lei 201/67). Em tais circunstâncias:

a) Cabe a instauração da ação penal perante o Juízo de Direito da comarca a que pertence o referido município;

b) Cabe a instauração da ação penal perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, mediante denúncia do Dr. Promotor de Justiça em exercício naquela Comarca;

c) Cabe a instauração da ação penal perante o Tribunal de Justiça de São Paulo mediante denúncia do Dr. Procurador Geral da Justiça;

d) Não cabe mais a instauração da ação penal por ter o ex-Prefeito deixado o cargo de Prefeito e por tratar-se de crime de responsabilidade.

20. (Magistratura/SP). Assinale a alternativa correta:

a) Os crimes de lesão corporal leve, de lesão corporal culposa e de ameaça são de ação penal pública condicionada;

b) Os crimes de injúria, de difamação e de denunciação caluniosa são de ação penal privada;

c) Os crimes de furto, de roubo e de lesão corporal leve são de ação penal pública incondicionada;

d) A instauração da ação penal nos crimes culposos depende sempre de representação do ofendido.

21. (MP/MG-2005). Assinale a alternativa CORRETA:

(A) A representação não poderá ser retratada até o oferecimento da denúncia;

(B) São princípios informadores da ação penal pública incondicionada os da oficialidade, disponibilidade, legalidade e indivisibilidade;

(C) O perdão concedido a um dos querelados não aproveita aos demais;

(D) O ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce decorridos 3 (três) meses do conhecimento do fato;

(E) Havendo concurso envolvendo crimes de ação pública e privada, o Ministério Público somente está legitimado a agir em relação ao delito de ação penal pública.

22. (MP/MG-2005). Em tema de inquérito policial, marque a opção INCORRETA:

(A) Arquivado o inquérito policial pelo Juiz, a requerimento do Órgão Ministerial, inadmissível a propositura de ação privada subsidiária;

(B) A autoridade policial pode indeferir pedido de abertura de inquérito se a vítima não oferecer elementos indispensáveis ao início das investigações;

(C) Em se tratando de infração em que a ação é de iniciativa privada, inadmissível a requisição de instauração de inquérito policial por parte do Ministério Público;

(D) É nulo o auto de prisão em flagrante se a autoridade policial prender o indiciado fora de sua circunscrição territorial;

(E) A autoridade policial, durante a noite, sem mandado judicial, pode invadir residência e autuar em flagrante quem esteja cometendo crime considerado de natureza permanente.

23. (MP/MG-2005). Em tema de competência, é CORRETO afirmar que:

(A) O crime de latrocínio (roubo com resultado morte), por ser de competência do Tribunal do Júri, não admite a desclassificação na fase da pronúncia;

(B) Viola as garantias do Juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados;

(C) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção;

(D) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual;

(E) A competência do Tribunal de Justiça para julgar Prefeitos restringe-se aos crimes de competência da Justiça Comum Estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo Tribunal de 2º grau.

24. (Delegado de Polícia/SP-2001) Caso o inquérito policial seja eivado de vício de forma:

a) Acarretará a anulação da ação penal, pois o inquérito policial é pressuposto daquela;

b) Será mera irregularidade, que deverá ser sanada a qualquer tempo;

c) Por tratar-se de peça meramente de informação, nenhuma consequência acarretará à ação penal;

d) Estará o Ministério Público impedido de oferecer a denúncia.